

## A NOÇÃO DE AUTONOMIA DO ESTUDANTE NA LITERATURA DE PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Gabriela Victorino dos Santos (PIBIC/CNPq/FA/Uem), Carlos Eduardo Lopes (Orientador), Carolina Laurentti (Coorientadora) e-mail: gabrielavicsantos@gmail.com.

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Maringá, PR.

### Ciências Humanas / Psicologia

**Palavras-chave:** Autonomia, Análise do Comportamento, Educação.

### Resumo:

Há muito tempo se discute o ser autônomo, frequentemente vinculando-o ao conceito de liberdade e racionalidade. No debate sobre processos de ensino e aprendizagem há diferentes caminhos teóricos. Contrapondo-se ao discurso neoliberal, a proposta educacional skinneriana, visão norteadora deste estudo, defende uma autonomia contextualizada politicamente, que não é puramente individualista. Considerando essas possibilidades de compreender a autonomia no campo educacional, esta pesquisa, de natureza bibliográfica, buscou caracterizar o conceito de autonomia do estudante na literatura nacional de psicologia da educação. Foram selecionados 71 artigos e, posteriormente, analisados com o objetivo de identificar aproximações e distanciamentos com a proposta educacional skinneriana. Os resultados levantam questionamentos a respeito dos riscos de uma visão supostamente apolítica da autonomia do estudante presente na literatura analisada. Defende-se a importância de uma discussão explícita das implicações políticas desse conceito, incluindo suas potencialidades bem como seus riscos.

### Introdução

Skinner (1975) entende que a principal função da educação formal seria a transmissão de práticas culturais e dos conhecimentos adquiridos por determinada cultura ao longo do tempo (SKINNER, 1991). Na teoria deste autor, a prática de ensinar tem o propósito de “facilitar a aprendizagem” (SKINNER, 1975, p. 4) destes conhecimentos, um ideal que nem sempre se concretiza no dia a dia das escolas. Esse fracasso decorre de alguns fatores, tais como a ausência de um planejamento adequado por parte do professor e o uso do controle aversivo que, além de não ser uma forma de ensino efetiva, pode justificar a insatisfação generalizada com o sistema educacional.

A crítica skinneriana atinge a escola tradicional – que defende o professor como autoridade detentora de todo conhecimento e o aluno como passivo –, mas também a escola permissiva – que exime o professor de qualquer responsabilidade, ao mesmo tempo em que o culpa pelo eventual fracasso. Como contraproposta a esses

modelos tradicionais, Skinner (1975) apresenta uma “tecnologia do ensino”, cujo objetivo seria solucionar os problemas ainda hoje comuns nas escolas.

De uma perspectiva skinneriana, ensino e aprendizagem são processos interligados que derivam de uma relação interdependente professor-aluno. Sendo assim, não há ensino se os alunos não aprendem; o aprendizado se caracteriza como uma mudança comportamental no repertório do aluno, permitindo-o resolver problemas que antes ele não era capaz de resolver. Assim, se o aluno não está agindo de forma diferente em relação ao seu ambiente é por que nada foi efetivamente ensinado (Skinner, 1975).

Considerando as variáveis que dificultam o ensino e para que os estudantes aprendam mais e em menos tempo, Skinner (1975) enumera um conjunto de estratégias em uma tecnologia do ensino, denominadas “instrução programada”. Esse processo propõe, basicamente, evidenciar o comportamento que se pretende ensinar e separar os conteúdos dos mais simples aos mais complexos para cada aluno, considerando que cada um aprende em um tempo próprio. A instrução programada defende, ainda, o uso do reforçamento positivo e o abandono do controle aversivo. Além disso, como não se deve esperar que o aluno chegue a comportamentos complexos sozinho, é necessário o emprego de reforçadores arbitrários como “notas” para reforçar comportamentos que, a princípio, não tem possibilidade de se manter por reforçadores naturais. No entanto, ao final do processo os reforçadores artificiais devem ser substituídos por naturais.

Por fim, segundo a proposta skinneriana de ensino e aprendizagem, a educação deve ter uma função libertadora, que desenvolve no aluno um repertório de autogoverno que o permita lidar com o ambiente sem recorrer ao professor. Ou seja, em algum momento do processo de ensino e aprendizagem, o estudante deve estar instrumentalizado a agir sob controle das suas próprias necessidades, o que criaria condições para a originalidade e a criatividade. Isso sugere que uma das metas da educação skinneriana é a autonomia do estudante, autonomia que não se define como agir na ausência de controle, mas sim livrar-se de um controle específico: o controle institucional promovido por agências controladoras. Esse sentido de autonomia remete a um papel político de enfrentamento do controle abusivos, não sendo sinônimo de individualismo alienado (MOROZ, 1993). Trata-se de uma autonomia que depende de um sujeito sensível às consequências que as suas ações têm na cultura ou no coletivo.

Diante dessa abertura política da proposta skinneriana, cabe indagar como a literatura de Psicologia da Educação tem discutido a autonomia do estudante? Será que nessa literatura há convergência ou divergência em relação à proposta skinneriana de assunto? Esta pesquisa pretendeu responder a essas questões.

## Materiais e métodos

A pesquisa realizada foi de natureza bibliográfica e as fontes foram artigos em português, buscados no Portal de Periódicos da CAPES, sem restrição de bases de dados ou de data de publicação.

Foram selecionados artigos que apresentassem no título, resumo e/ou corpo do texto a combinação das seguintes palavras-chave: “autonomia do estudante”;

“autonomia do aluno”. O material selecionado foi analisado em três etapas: elaboração de uma base de dados; sistematização do material; análise dos resultados. Na última etapa foi realizada uma categorização dos artigos pautando-se em três categorias de análise: i) uso político positivo: se o artigo considerasse que a autonomia do estudante pudesse desempenhar um papel em um contexto de mudança social; ii) uso político negativo: se o artigo discutisse a autonomia do estudante, apontando problemas ou riscos de ordem cultural decorrentes dessa noção; iii) Uso apolítico: se a autonomia do estudante fosse apresentada, sem qualquer menção à sua potência política ou aos seus eventuais problemas e/ou riscos.

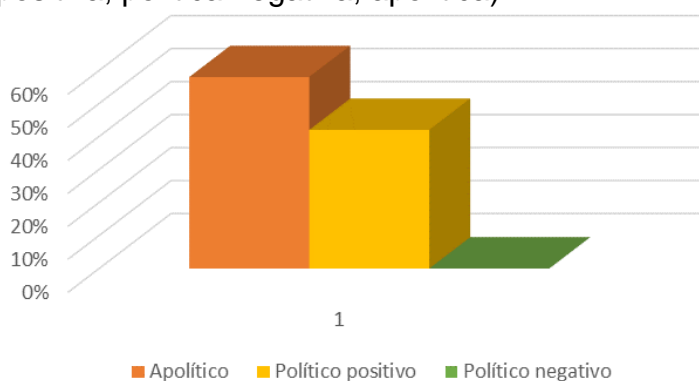
Por fim, esses resultados foram discutidos, com destaque para as aproximações e distanciamentos em relação à proposta educacional skinneriana.

## Resultados e Discussão

As duas combinações de palavras-chave recuperaram, após exclusões, 71 artigos. Considerando este número expressivo, foi necessário estabelecer um critério para a análise do material. Para tanto, foi realizada uma contagem das ocorrências da palavra ‘autonomia’ em todos os artigos selecionados, por meio do recurso CTRL+F, de modo a priorizar uma análise mais detalhada dos textos que discutiam o conceito com maior grau de detalhamento.

A maioria dos artigos (54 artigos) mencionou autonomia até 9 vezes. Esses artigos foram sistematizados com o emprego de tabelas, que destacavam os trechos em que aparecia a palavra autonomia, seguidos de um comentário interpretativo. Já os artigos cuja ocorrência da palavra autonomia foi maior do que 10, foram lidos na íntegra e fichados, destacando-se não apenas as definições de autonomia do estudante, mas explicitando as discussões apresentadas sobre o assunto.

O gráfico a seguir representa a porcentagem de artigos em cada categoria de análise (política positiva, política negativa, apolítica).



**Figura 1** – Distribuição dos artigos nas categorias de análise.

Os dados encontrados refletem um contexto mais amplo no qual a suposta neutralidade política da educação tem ganhado força, tendo como exemplo o “Programa Escola sem partido” e o aumento do Ensino a Distância (EaD). O

desequilíbrio entre as categorias “apolítico” (56%) e “político negativo” (0%), na literatura analisada e, mais especificamente, a ausência de discussões sobre os riscos políticos da defesa da autonomia do estudante, é um campo fértil para o fortalecimento de uma ideologia neoliberal camuflada pelo discurso da neutralidade. Nessa ideologia, a autonomia do aluno se confunde com ideais meritocráticos assentados em um sujeito que agiria de forma livre e que inicia seus comportamentos. Nesse contexto, a crítica skinneriana ao “eu iniciador” indica uma incompatibilidade fundamental entre o discurso neoliberal e a Análise do Comportamento. Alguém poderia argumentar que a proposta skinneriana acaba não participando das discussões do campo educacional porque outros autores e teorias não compactuam com suas teses. Os resultados desta pesquisa parecem refutar esse encaminhamento, na medida em que foi possível fazer conexões teóricas entre Skinner e outros autores, abrangendo o campo educacional. Do mesmo modo que também foi discutido a respeito das más interpretações sofridas pela proposta educacional do behaviorismo radical.

## Conclusões

Os resultados da pesquisa mostraram predominância de uma visão apolítica de autonomia, condizente com o momento político atual e suas novas leis e projetos. Nesse contexto, o Ensino a Distância (EaD) mostra-se um campo fértil para defesa da autonomia dos estudantes, em uma concepção consistente com o individualismo contemporâneo. Essa concepção diverge do pensamento comportamentalista aqui defendido, no qual o conceito de autogoverno não se esgota em ações individuais, uma vez que pode desempenhar um papel de mudança da cultura, por meio de ações engajadas no contracontrole.

Ademais, as discussões das teorias de aprendizagem parecem ainda carecer de um posicionamento mais situado, ou seja, mais claro à respeito da autonomia.

## Agradecimentos

Agradeço o financiamento do CNPq, que possibilitou a realização desta pesquisa.

## Referências

MOROZ, M. Educação e autonomia: relação presente na visão de B. F. Skinner. **Temas em psicologia**, São Paulo, v.1, n.2, p. 31-40, 1993.

SKINNER, B. F. **Tecnologia do ensino**. São Paulo: EPU, 1975.

\_\_\_\_\_. **Questões recentes na análise comportamental**. Campinas: Papyrus, 1991.